

JORNADA

A luta e os desafios em defesa da jornada de 30 horas no serviço público do RN

Se de um lado a Câmara Federal foi pressionada pelos trabalhadores a pautar a redução da escala 6x1, no Rio Grande do Norte, os servidores públicos estaduais permanecem sem garantia sobre a jornada de 30 horas. E esse é um

tema que ainda parece estar longe de ser discutido com a seriedade que merece.

Nesta edição, a coordenadora geral do Sinai-RN, Dyanne Barbosa e o ex-coordenador Santino Arruda analisaram a trajetória para o estabelecimento da jornada

em parte dos órgãos e avaliam o quanto ainda precisa ser feito para que a condição torne-se legalmente segura. Ambos são taxativos ao lembrar que a garantia passa pela mobilização das categorias.

Saiba mais nas páginas 6 e 7



A ROTINA 7X0 DAS MÃES NO SERVIÇO PÚBLICO

Servidoras públicas relatam os desafios de conciliar maternidade, trabalho e a sobrecarga invisível e cotidiana.

Págs.: 8 e 9

CAMPANHA SALARIAL

Entenda os pontos que se destacaram no documento entregue ao Governo do Estado.

Pág. 3

DEI

Departamento opera em prédio antigo, com máquinas obsoletas e baixos salários.

Pág. 5

MEIO AMBIENTE

Biodiversidade, trabalho e justiça social caminham juntos.

Pág. 10

Editorial

QUANDO A NATUREZA SOFRE, A CLASSE TRABALHADORA É A PRIMEIRA A PERDER

Maio reúne duas datas que dialogam profundamente entre si: o Dia Internacional da Biodiversidade, celebrado em 22 de maio, e o Dia Nacional da Mata Atlântica, em 27 de maio. Mais do que marcos ambientais, essas datas ajudam a lembrar que a preservação da natureza também é uma pauta social e trabalhista. Defender a biodiversidade é defender condições dignas de vida e de trabalho para milhões de pessoas.

Durante muito tempo, a questão ambiental foi tratada como um tema distante da realidade da classe trabalhadora. Mas essa separação nunca existiu para quem vive da terra, dos rios, das florestas e do mar. Pescadores artesanais, agricultores familiares, povos tradicionais, extrativistas, marisqueiras, ribeirinhos e tantas outras categorias dependem diretamente do equilíbrio ambiental para sobreviver. Quando a natureza é destruída, o trabalho também é ameaçado.

O Brasil conhece bem essa relação graças à luta histórica de homens e mulheres que compreenderam que preservar a floresta significava preservar vidas. Entre eles está Chico Mendes, símbolo da resistência popular na Amazônia. Foi através da mobilização dos seringueiros e dos movimentos sociais que surgiu a ideia das Reservas Extrativistas, modelo que une conservação ambiental e garantia de sustento para as comunidades locais.

Essa compreensão continua atual. O avanço do desmatamento, das queimadas, da mineração predatória e da poluição

atinge diretamente trabalhadores e trabalhadoras. A degradação ambiental reduz a pesca, empobrece o solo, contamina a água e aumenta a insegurança alimentar. Além disso, os impactos das mudanças climáticas recaem principalmente sobre a população mais pobre, que enfrenta enchentes, secas extremas, altas temperaturas e precarização das condições de trabalho.

Na Mata Atlântica, um dos biomas mais ricos em biodiversidade do planeta e também um dos mais devastados, essa realidade é evidente. Mesmo reduzida a fragmentos, ela continua sendo fundamental para o abastecimento de água, para o equilíbrio climático e para a qualidade de vida de milhões de brasileiros. Proteger a Mata Atlântica significa proteger cidades, empregos, agricultura, saúde pública e futuro.

Por isso, a luta ambiental não pode ser separada da luta por direitos. Defender a biodiversidade é defender trabalho digno, soberania alimentar, justiça social e desenvolvimento sustentável. É garantir que trabalhadores e trabalhadoras possam produzir, viver e sustentar suas famílias sem destruir os recursos naturais dos quais dependem.

Em um tempo marcado por crises ambientais cada vez mais severas, preservar também é lutar. Lutar por florestas em pé, rios limpos e oceanos vivos é lutar pela sobrevivência da própria classe trabalhadora. Afinal, não existe justiça social em um planeta devastado.

EXPEDIENTE



Rua Leonardo Drummond, 1661 - Lagoa Nova, Natal - RN
(84) 3206-1851 | sinairn@hotmail.com
Sinairn | @sinairn | sinairn.com.br

Coordenação Geral: Dyanne Barbosa de Azevedo, Geraldo Lamartine Cavalcante | **Secretária Geral:** Claudia Simone Felipe, Amanda Guedes de França | **Tesoureira Geral:** Vilma Maria de Azevedo Chrisostomo, Ianara Carla do Nascimento | **Formação Política:** Zilta Nunes de Oliveira, Ney Fernandes de Araújo | **Imprensa e Comunicação:** Bruno César F. de Barros Correia, João Alves de Moura | **Adm. Patrimônio e Informática:** Francisco Antônio Duarte, Francisca Rita dos Santos | **Cultural, Esporte e Lazer:** Valmir Bezerra de Araújo, Mário Lopes Ferreira Filho | **Assuntos Jurídicos:** Felipe Assunção Braga da Costa, José Nilson Bezerra | **Assuntos Sociais:** Alexandre Guedes Fernandes, Antônia Maria de Araújo Fernandes | **Mulher Trabalhadora:** Joseneide Tavares, Maria Célia Paiva de Macedo

CATEGORIAS

Administração Indireta: Ceasa, Datanorte, DER, Detran, Emater, Emparn, Fundase, DEI, FJA, Idema, Ipern, Jucern, Idiarn, Emprotur, Cehab e Potigás.

Administração Direta: Sape, Searh, SIN, Seplan, Sethas, Sejuc, Seara, GAC, Semarh, Sedec, Setur

REGIONAIS

Coordenação Regional do Médio Oeste - Mossoró: Rua Luiz Ludugero, nº 26 - Abolição II - CEP: 59612-150 - Mossoró/RN - Contato: (84) 99913-9677 - E-mail: sinaimossoro@gmail.com

Coordenação Regional do Seridó - Caicó: Rua Augusto Monteiro, nº 1210 B - Centro - CEP: 59300-000 - Caicó/RN - Contato: (84) 3421-2999 - E-mail: sinaiserido@hotmail.com

Coordenação Regional do Alto Oeste - Pau dos Ferros: Rua da Independência, nº 1705 - Edifício Hertz Hotel - Sala 09 - Centro - CEP: 59900-00 Pau dos Ferros/RN - Contato: (84) 99609-9568 - E-mail: sinaialtooeste@hotmail.com



(84) 3212-2388
elequatrocomunicacao@gmail.com

Jornalistas responsáveis: Denor Ramos - DRT/RN 1980
Maísa C. Quintans - DRT/RN 1752

Direção Criativa: Rosana Pimentel

Projeto Gráfico: Marknilson Barbosa

Diagramação: Paulo Henrique / Marknilson Barbosa

Fotos: Lenilton Lima



Coral do Sinai-RN abre seletivas para novos integrantes

Participe do coral do Sinai-RN e desenvolva sua expressão artística em um ambiente de **integração, cultura e bem-estar.**



✓ PODEM PARTICIPAR:

- Trabalhadores da base do Sindicato
- Filiaados da ativa e aposentados
- Funcionários da entidade



📍 LOCAL:

Sede estadual do Sinai-RN - Natal



🕒 ENSAIOS:

Terças-feiras, a partir das 12h



🎤 SELEÇÃO:

Entrevista com a maestra **Tércia de Souza.** Verifique disponibilidade via (84) 99921-5325



🎹 CO-REPETIDOR:

Renan

PARTICIPAÇÃO GRATUITA



CANTAR JUNTOS
TRANSFORMA.
INTEGRA E INSPIRA.



A iniciativa integra as ações da gestão 2025-2028 do Sinai-RN e é coordenada pela pasta de **Cultura, Esporte e Lazer.**

DIREÇÃO:

👤 Valmir Bezerra (DEI)

👤 Mário Lopes Filho (DER)

MOBILIZAÇÃO



CONCURSOS, REAJUSTE SALARIAL E AUXÍLIO-NUTRIÇÃO: ENTENDA OS DESTAQUES DA CAMPANHA SALARIAL 2026

Por Denor Ramos

Documento foi entregue ao Governo no final de março

A Campanha Salarial 2026 já começou a mobilizar a base do Sinai-RN em torno das reivindicações da pauta unificada, que reúne 11 pontos. Construída de forma coletiva, tem, na visão da direção do Sindicato, ao menos três reivindicações que merecem destaque: realização de concursos públicos, reposição salarial anual acima da inflação e criação de um auxílio-nutrição para aposentados. Como de praxe, as propostas foram definidas após uma série de assembleias realizadas entre fevereiro e março com as 14 categorias que integram a base do Sinai. Durante os encontros, os dirigentes ouviram reivindicações, críticas e sugestões dos servidores da ativa e dos aposentados. Essas contribuições foram fundamentais para a formulação de pautas específicas e do documento unificado da Campanha deste ano. O documento foi entregue ao Governo Fátima em 31 de março, durante ato público em frente à Governadoria.

Concursos versus terceirização

O crescimento da terceirização no serviço público estadual aumentou a necessidade de se realizar concursos públicos. A direção do Sinai-RN alerta que o uso indiscriminado de mão

de obra terceirizada por parte da gestão estadual precariza as relações de trabalho, reduz a qualidade do serviço em virtude da alta rotatividade de funcionários e pode até sair mais caro para os cofres públicos, contrariando o argumento que sugere uma hipotética economia. Essa luta em prol de concursos já trouxe frutos: o mais recente é o Concurso Unificado do Estado. Com 175 vagas, vai contemplar o Detran, que não realiza concurso há quase 20 anos; o Ipern, que nunca o fez; e a Cesa. Contudo, as vagas ofertadas são consideradas insuficientes pelo Sinai-RN, que almeja ver o Governo usar o cadastro de reserva. Caso a entidade seja atendida, a população será a grande beneficiada.

Reposição salarial acima da inflação

A falta de ganho real nos salários tem contribuído para o achatamento da remuneração dos servidores públicos. Em outras palavras, o salário é engolido pela inflação, que corrói o poder de compra e torna, na prática, o ganho menor. Esse ciclo de perdas pode ser controlado por meio de uma política que garanta uma reposição salarial acima da inflação, algo que ainda não ocorre no funcionalismo

estadual. Para se ter ideia, a inflação de 2025, no índice de 4,26%, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ainda não foi reposta nos salários dos servidores, embora existam leis que determinem essa reposição. Por isso, o Sinai-RN e sua base realizaram atos públicos em 24 e 28 de abril e no dia 5 de maio. A pressão surtiu efeito, e o Governo prometeu implementar os 4,26% na folha de maio. Porém, o Sinai alerta que apenas repor os salários é insuficiente.

Auxílio-nutrição

O terceiro ponto visa proteger os trabalhadores que deram a vida em prol do funcionalismo do Rio Grande do Norte. A proposição desse auxílio tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos aposentados, que deixam de ter um auxílio-alimentação e/ou perdem o abono de permanência quando saem da ativa, cenário que reduz o poder de compra em um momento crucial da vida. Por ora, há uma proposição que visa beneficiar os servidores aposentados da União. Essa ideia, na avaliação do Sindicato e de sua base, pode ser implementada no Rio Grande do Norte.

PONTOS DA PAUTA UNIFICADA DA CAMPANHA SALARIAL 2026

- Recomposição salarial com base nas perdas inflacionárias de 2022 (IPCA/IBGE), a partir de abril de 2026;
- Realização de concursos públicos do DEI, DER, EMATER, FJA, GAC, IDIARN e JUCERN, além da nomeação de aprovados em diversos órgãos estaduais;
- Instituição do auxílio-alimentação para servidores que ainda não recebem o benefício e criação de auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas;
- Implantação do auxílio-saúde para ativos, aposentados e pensionistas;
- Criação de piso estadual do funcionalismo, fixado em R\$ 2.500,00;
- Reestruturação e implantação de Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) em diferentes órgãos;
- Aplicação da Lei Complementar Federal nº 226/2026, referente ao descongelamento de tempo de serviço;
- Articulação para aprovação da PEC 518/2010, voltada à reparação de servidores públicos estaduais;
- Pagamento igualitário do 13º salário para ativos, aposentados e pensionistas;
- Aproveitamento de títulos de servidores aposentados para fins remuneratórios; e
- Negociação de ganho real para o conjunto das categorias.

ITINERANTE

JURÍDICO DO SINAI-RN REALIZA MAIS DE 80 ATENDIMENTOS NO INTERIOR

Ação passou por Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros e fortaleceu a presença do Sindicato nas regionais

Por Maísa C. Quintans

O primeiro ciclo de atendimentos jurídicos itinerantes promovido pelo Sinaí-RN em 2026 resultou em 81 atendimentos individuais a filiados nas regionais Médio Oeste, Seridó e Alto Oeste. Realizada entre março e abril, a iniciativa reforçou a presença do Sindicato no interior e ampliou o acesso da base à assessoria jurídica da entidade.

Ao longo da programação, foram contabilizados 37 atendimentos na Regional Médio Oeste, em Mossoró, 27 na Regional Seridó, em Caicó, e outros 17 na Regional Alto Oeste, em Pau dos Ferros.

O coordenador da pasta de Assuntos Jurídicos do Sinaí-RN, Felipe Assunção, destacou a receptividade dos trabalhadores durante a ação. Segundo ele, a presença da equipe jurídica nas regionais fortalece os vínculos entre o Sindicato e a base.

“Os sócios receberam a iniciativa com grande satisfação, porque aproxima o Sindicato dos seus associados. O Sinaí-RN sempre disponibilizou ferramentas para garantir atendimento jurídico aos filiados do interior, mas o contato presencial transmite mais segurança e faz o trabalhador se sentir valorizado”, afirmou.

Ainda de acordo com Felipe Assunção, todas as demandas apresentadas durante os atendimen-

tos foram acolhidas pela equipe jurídica. “A maior procura foi pelo acompanhamento de processos. Os filiados buscaram informações sobre tramitação, valores e andamento das ações, e todos os esclarecimentos foram prestados”, explicou.

Além dos atendimentos individuais, a direção estadual também visitou órgãos da base nas regionais. Em Pau dos Ferros, a agenda incluiu visitas à Cohab/Datanorte, Idiarn e Emater, com diálogo direto com os servidores sobre condições de trabalho e funcionamento dos serviços públicos.

A coordenadora geral do Sinaí-RN, Dyanne Barbosa, ressaltou a importância da presença do Sindicato no interior do estado. “A gente consegue enxergar pessoalmente as condições de trabalho desses servidores e ouvir quais são as prioridades apontadas pela

base. Nas regionais, as principais reclamações estão relacionadas à falta de mão de obra e às condições estruturais dos órgãos”, destacou.

Dyanne também chamou atenção para a importância dos órgãos visitados e para a necessidade de valorização do serviço público estadual. “São estruturas fundamentais para a população e que vêm sendo negligenciadas ao longo dos anos. Os servidores seguem desempenhando um papel essencial, mesmo diante das dificuldades”, afirmou.

Com a conclusão da primeira rodada de atendimentos, o Sinaí-RN já prevê uma nova etapa do serviço nas regionais ainda em 2026. Segundo Felipe, o retorno positivo da base consolidou o atendimento itinerante como parte da agenda permanente do Sindicato.



81

**ATENDIMENTOS
REALIZADOS**

MARÇO A ABRIL/2026





Fotos cedidas

PRÉDIO ANTIGO, MÁQUINAS OBSOLETAS E BAIXOS SALÁRIOS: CONHEÇA A REALIDADE DO DEI

Por Denor Ramos

Embora seja responsável por publicar os atos oficiais do Poder Público no Rio Grande do Norte, Departamento Estadual de Imprensa sofre com negligência governamental

Salas deterioradas, infiltrações nas paredes durante o período chuvoso, teto danificado e instalações elétricas comprometidas. Essa é a realidade do antigo prédio onde fica o Departamento Estadual de Imprensa (DEI), órgão responsável por registrar e preservar a história oficial do Rio Grande do Norte. Muito além de editar o Diário Oficial do Estado (DOE) ou guardar os arquivos do jornal "A República", o DEI ainda tem a incumbência de dar transparência aos atos de gestão do Poder Executivo, do Ministério Público, da Defensoria Pública, de prefeituras e de organizações da sociedade civil. Pode até parecer bobagem, mas isso garante segurança jurídica.

No entanto, por incrível que possa parecer, o Estado não fornece meios para que

os servidores consigam atender a tamanha demanda. Para se ter ideia, o DEI tem apenas um pequeno parque gráfico, que não funciona corretamente porque os maquinários são obsoletos e os servidores habilitados em artes gráficas já se aposentaram ou faleceram, restando quatro trabalhadores, número insuficiente para dar andamento ao processo de produção gráfica. O quadro funcional do órgão é pequeno: conta com apenas 22 trabalhadores, carecendo de reestruturação e concurso público imediato, já reivindicado pelo Sinai-RN em reunião com o Diretor Geral do DEI. Essa mudança também passa pela inevitável necessidade de modernização, hoje bem distante da realidade de quem atua no Departamento.

Em termos remuneratórios, os trabalhadores estão com os salários achatados há décadas, com recomposições salariais mínimas, conseguidas por via judicial, a partir de processos movidos pelo Sinai-RN. Tem sido assim há pelo menos 32 anos. Para piorar, a média salarial do órgão é de 1.621,00 reais, equivalente a um salário mínimo.

Por enquanto, o Estado do Rio Grande do Norte segue de olhos fechados para as deficiências e necessidades do Departamento Estadual de Imprensa (DEI) e de seus servidores. E, apesar de todas as dificuldades, o DEI segue cumprindo seu papel fundamental, difundindo informação em plena era da desinformação.



MUSEU

Há mais de 20 anos, o DEI mantém o Museu da Imprensa Eloy de Sousa. Composto por equipamentos e maquinários gráficos, tipos móveis, clichês, compositoras a quente (Linotype) etc; costuma ser visitado por alunos da rede pública e privada, estudantes de jornalismo, designers gráficos, professores e escritores. O Museu está aberto à visitação de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h. A entrada é gratuita.

A LUTA E OS DESAFIOS E DE 30 HORAS NO SERVIÇO PÚBLICO

Por Rosana Pimentel

Debate sobre redução da jornada se

A luta pela redução da jornada de trabalho acompanha a história do movimento trabalhista desde o século XIX. Das manifestações operárias de Chicago, em 1886, que buscavam reduzir jornadas de 12 e de 14 horas diárias para oito, até os debates atuais sobre o fim da escala 6x1, a reivindicação por menos tempo de trabalho sem redução salarial permanece enfrentando o mesmo discurso: a quebra da economia ou, quando trata-se do serviço público, o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quando se trata de exigir maior esforço dos trabalhadores, tanto empresas quanto Governo também não são muito criativos. No que diz respeito ao serviço público, o governo costuma usar a necessidade de melhorias na prestação de serviços à população como o principal argumento. Um motivo que cai como uma luva para encobrir a ineficiência dos gestores. Segundo a coordenadora geral do Sinaí-RN, Dyanne Barbosa, o suposto melhor atendimento é frequentemente utilizado para justificar

atos que representam retrocesso de direitos, como é o caso das jornadas de trabalho para o Estado do Rio Grande do Norte.

No RN essa discussão assume uma característica peculiar: parte dos servidores estaduais já têm acesso a uma jornada de 30 horas semanais há vários anos, no entanto, o modelo ainda convive com insegurança jurídica e risco de retrocessos. A situação ficou evidente em 2023, quando uma medida do Governo do Estado ameaçou restabelecer a jornada de oito horas diárias em alguns órgãos da administração indireta. A reação sindical provocou recuo da gestão, mas reacendeu o alerta sobre a fragilidade da jornada atualmente praticada.

Uma pauta histórica

A redução da jornada de trabalho é resultado de mobilizações históricas da classe trabalhadora. Ao longo do século XX, diferentes países reduziram gradualmente a carga horária semanal, consolidando direitos trabalhistas ligados a descanso, saúde e qualidade de vida. Para Dyanne Barbosa, a pauta das 30 horas no serviço público está

inserida nesse mesmo processo histórico.

A coordenadora avalia que a defesa da redução da jornada precisa ser compreendida como parte de uma luta mais ampla da classe trabalhadora, envolvendo tanto servidores públicos quanto trabalhadores da iniciativa privada: “A unificação dos dois segmentos, público e privado, é que vai construir a força necessária para transformar essa luta em conquista definitiva”, diz.

A jornada semanal de 30 horas no RN

No Rio Grande do Norte, a jornada reduzida foi implementada ainda no início da década de 1980, durante o governo de Lavoisier Maia, por meio do Decreto Estadual nº 8.388/1982. O documento estabeleceu jornada contínua de seis horas para parte dos servidores estaduais.

Após sua fundação, o Sinaí-RN passou a atuar pela ampliação e consolidação da medida, conforme explica o ex-coordenador do Sindicato, Santino Arruda: “nem todos os órgãos foram enquadrados diretamente na nova regra. As empresas públicas, por



EM DEFESA DA JORNADA DE SERVIÇO PÚBLICO DO RN

da sem redução salarial atravessa décadas

exemplo, demoraram a implantar o benefício”, relata. Segundo o ex-dirigente, a atuação sindical ao longo das décadas pressionou os órgãos estaduais a adotarem a escala de 30 horas semanais, em regime 5x2, modelo que permanece em vigor para parte das categorias da administração indireta.

O conflito entre lei e prática

Apesar de consolidada administrativamente em diversos órgãos, a jornada de 30 horas não está prevista na principal norma do funcionalismo estadual. A Lei Complementar Nº 122/1994, que rege os servidores públicos estaduais, estabelece carga horária de 40 horas semanais. Na prática, isso criou uma dualidade: a rotina administrativa opera em muitos casos com 30 horas, mas a base legal continua sendo 40.

Santino Arruda afirma que essa divergência produz insegurança principalmente para novos servidores concursados. “Os concursos são realizados pelas regras dessa legislação. Daí surgem confusões com novos servidores após os concursos”, explica. A si-

tução também gera interpretações distintas entre órgãos da administração estadual.

Judicialização e insegurança jurídica

Segundo Dyanne Barbosa, o debate sobre a redução da jornada para 30 horas no RN ainda se encontra em estágio inicial e fragmentado. “O benefício que muitos consideram consolidado pode ser questionado a qualquer momento. Essa é uma pauta que ainda precisa ser unificada entre as categorias da base”, afirma. Até o momento, apenas os servidores do Detran incluíram explicitamente a regulamentação das 30 horas em sua pauta anual. “Precisamos urgentemente avançar na conscientização da base sobre esse assunto, pois a falta de uma solução legislativa definitiva já gerou violações concretas de direitos”, avalia. A sindicalista cita casos de servidores da Emater, Idiarn e Fundase que tiveram a jornada reduzida negada após ingresso por concurso público, sob argumento de que a legislação estadual ainda prevê 40 horas semanais. “O sindicato precisou acionar a Justiça para garantir o tratamento isonômico

e o pagamento das horas excedentes”, diz.

Mais tempo de vida

Além da discussão jurídica, em todo o Brasil, sindicatos e especialistas têm associado a redução da jornada à saúde física e mental dos trabalhadores. E isso tem impacto ainda maior sobre as mulheres, que frequentemente acumulam trabalho formal e responsabilidades domésticas. “Para a maioria delas o trabalho não acaba quando o expediente termina. Reduzir a jornada formal é também dar a elas tempo para descansar, participar das lutas ou simplesmente viver”, analisa Dyanne Barbosa.

Para a dirigente, no entanto, os trabalhadores precisam estar conscientes de que nenhum direito é dado espontaneamente: “ao contrário, os direitos que temos hoje foram todos conquistados por meio de lutas e batalhas históricas. Não há outro caminho: é preciso se organizar nas bases, discutir a pauta das 30 horas em suas unidades de trabalho e comparecer às assembleias para que a reivindicação ganhe corpo”, enfatiza.



DUPLA JORNADA

SEM FOLGA: A ROTINA 7X0 DAS MÃES NO SERVIÇO PÚBLICO

Servidoras públicas relatam os desafios de conciliar maternidade, trabalho e a sobrecarga invisível e cotidiana

Por Maísa C. Quintans

O cotidiano de muitas mães trabalhadoras começa antes mesmo do toque do despertador. Entre preparar o café, organizar mochilas, acompanhar horários escolares, mulheres convivem diariamente com uma jornada que ultrapassa o expediente formal.

No Rio Grande do Norte, essa é a realidade de servidoras públicas que tentam equilibrar trabalho, família, vida pessoal e responsabilidades domésticas.

No Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária (IDIARN), o cenário acompanha mulheres como Amanda Guedes e Débora Villar. Servidoras estaduais, mães de filhos em idade escolar e profissionais com trajetórias edificadas no serviço público, as manhãs de ambas começam pouco depois das 5h.

“O primeiro turno é totalmente doméstico: preparar o café, organizar o ma-

terial escolar do meu filho e garantir que o dia dele comece bem estruturado”, resume Amanda, fiscal agropecuária e mãe de Theo, de 7 anos. “Só depois disso é que a chave vira para a servidora pública”, explica.

Débora, também fiscal agropecuária e mãe de Daniel, de 14 anos, e Gabriela, de 12, descreve uma situação semelhante. Acorda às 5h15, organiza a casa, leva os filhos para a escola e segue para o trabalho. “Vida pessoal, o que seria vida pessoal?”, questiona, entre risos.

A exaustão invisível

Pesquisa da USP divulgada em 2024 mostrou que 97% das mulheres se sentem sobrecarregadas quase todos os dias. Dados do IBGE apontam que, em 2022, as brasileiras dedicaram,

em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e aos cuidados de pessoas. Entre os homens, esse tempo foi de 11,7 horas por semana – pouco mais da metade da carga assumida pelas mulheres.

A exaustão também envolve tarefas invisíveis: administrar horários, imprevistos e demandas do lar e da família. Amanda define essa experiência como “exaustão invisível”. “As pessoas veem a servidora entregando o relatório ou realizando a fiscalização no prazo, mas não veem a noite mal dormida, a preocupação constante com o bem-estar do filho ou a gestão mental de todas as pendências da casa”, afirma.

“No fim, temos que dar conta de tudo”

A dificuldade de equilibrar carreira, maternidade e vida pessoal atravessa a fala das servi-



Débora Villar

Cargo: Fiscal Estadual Agropecuária

Formação: Medicina Veterinária

Ingresso no serviço público: 2008

Filhos: Daniel e Gabriela

doras. Quando os filhos adoecem, a dinâmica se altera completamente. O planejamento do dia é interrompido e o foco no trabalho passa a disputar espaço com a preocupação constante. “Muda tudo. O foco se fragmenta”, resume Amanda. Débora é mais direta: “Preciso me ausentar do trabalho.”

A sobrecarga aparece como elemento ordinário na rotina feminina. É mais regra do que exceção. Ao ser questionada sobre a carga mental de administrar trabalho, filhos e casa, Débora responde: “Não parei pra pensar sobre isso. Porque, no fim, temos que dar conta de tudo. Já senti frustração. Diversas vezes abri mão de algo pessoal. Existe uma cobrança por ser uma esposa e mãe perfeita.”

O tema também aparece quando as servidoras refletem sobre rede de apoio e divisão de responsabilidades dentro das famílias. “O conceito de ajuda precisa ser substituído pelo de corresponsabilidade”, afirma Amanda.

Quando a maternidade redefine a carreira

A maternidade reorganiza trajetórias profissionais, independentemente do vínculo de trabalho. No caso de Débora, a mudança impactou diretamente a dinâmica das atividades exercidas no IDIARN.

Antes da implantação do horário corrido no órgão, ela precisava manter as crianças em período integral na escola para realizar viagens de fiscalização. Com a mudança na jornada, conquistada após ação movida pelo Sinai-RN, a vivência familiar ganhou novo equilíbrio, mas trouxe limitações. “Não pude mais exercer minha atividade mais distante. Sempre em municípios que me permitem retornar a tempo de pegá-los na escola”, relata.

Dados reforçam que essa realidade não é isolada. Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (2025), apontou que metade das mulheres deixa o mercado de trabalho até dois anos após o nascimento do primeiro filho.

Amanda Guedes de França

Cargo: Fiscal Estadual Agropecuária
Formação: Medicina Veterinária
Ingresso no serviço público: 2008
Filho: Theo

Estabilidade não elimina a sobrecarga

Embora o serviço público represente estabilidade e possibilidade de planejamento familiar, ele não elimina os desafios das mães trabalhadoras. O dia a dia dessas mulheres segue atravessado por demandas contínuas, carga mental e imprevisibilidades.

“A estabilidade é um porto seguro”, afirma Amanda. “Ela oferece a tranquilidade de saber que o sustento da minha família está garantido.”

Amanda explica que um dos maiores desafios é conciliar o rigor das normas e horários do serviço público com situações inesperadas envolvendo o filho. Débora relata dificuldades semelhantes e destaca que ainda há pouco espaço para discutir maternidade e trabalho dentro das instituições. “Não se discute sobre isso”, resume.

Ela também defende políticas de apoio para mães com crianças pequenas, especialmente aquelas que trabalham em jornada integral. Entre as medidas

apontadas, está a criação de suporte no contraturno escolar para reduzir custos e auxiliar na rotina das famílias.

Entre o orgulho e a renúncia: o que move as mães

Amanda e Débora compreendem que discutir maternidade vai além de experiências individuais e dificuldades impostas por jornadas diversas e nem sempre visíveis. Ambas associam a experiência de ser mãe a mudanças profundas na forma de enxergar o tempo, as prioridades e a própria vida.

Amanda afirma que a chegada do filho transformou sua relação com o cotidiano e com a profissão. “Aprendi a resolver problemas com rapidez porque o tempo se tornou um recurso precioso”, conta.

Débora resume esse sentimento em uma palavra: orgulho. “Porque é por eles que damos nosso melhor todos os dias”, destaca ao falar dos filhos Daniel e Gabriela.

Fotos cedidas

BIODIVERSIDADE, TRABALHO E JUSTIÇA SOCIAL CAMINHAM JUNTOS

Especialista entende que o avanço da destruição ambiental aprofunda a precarização da vida dos trabalhadores e que se faz necessário consolidar um novo paradigma de desenvolvimento.

Por Leilton Lima

A defesa da biodiversidade está diretamente ligada à luta por condições dignas de vida e trabalho. Essa a opinião do supervisor do Núcleo de Monitoramento Ambiental do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (Idema), Sérgio Macedo. Para ele a preservação ambiental não pode ser tratada como uma pauta isolada, distante da realidade da classe trabalhadora, mas como um elemento essencial para garantir saúde, segurança, emprego e justiça social.

Segundo Macedo, proteger a biodiversidade significa preservar a variedade de seres vivos e ecossistemas responsáveis pela segurança alimentar, pela regulação climática, pela saúde coletiva e pelo equilíbrio econômico. “É através do desenvolvimento sustentável que se preservará o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Defender a biodiversidade significa defender as condições dignas de preservação da vida humana e animal e, conseqüentemente, preservar as condições de trabalho digno”, afirma.

O Supervisor do Idema argumenta que é necessário consolidar um novo paradigma de desenvolvimento, capaz de unir geração de emprego e sustentabilidade ambiental. Para ele, o avanço da destruição ambiental am-

“Um ambiente degradado tende a aumentar a pobreza e ampliar ainda mais a desigualdade social.”

plia desigualdades e aprofunda a precarização da vida dos trabalhadores.

Meio ambiente e classe trabalhadora

Na avaliação de Sérgio Macedo, a questão ambiental se aproximou cada vez mais da realidade da classe trabalhadora justamente porque os impactos da degradação ambiental recaem de forma mais intensa sobre a população pobre. Ele destaca que atividades econômicas operando sem controle ambiental adequado expõem trabalhadores a situações insalubres e perigosas.

“Há uma relação direta entre poluição e impactos na vida da classe trabalhadora. Atividades impactantes, sem condições mínimas de trabalho, aumentam a exposição dos trabalhadores a ambientes de risco”, ressalta.

Por isso, ele defende a organização dos trabalhadores junto aos sindicatos como instrumento fundamental de enfrentamento ao modelo predatório de exploração dos recursos naturais. “A luta deve ser por justiça social e ambiental”, resume.

Contaminação, agrotóxicos e mudanças climáticas

O supervisor do Idema chama atenção para os impactos concretos da devastação ambiental sobre a saúde dos trabalhadores. Em muitos casos, segundo ele, homens e mulheres são expostos diretamente a substâncias tóxicas, à contaminação do solo, da água e do ar, sem proteção adequada.

Os trabalhadores rurais estão entre os mais vulneráveis. Macedo aponta que a aplicação indiscriminada de agrotóxicos e a contaminação de rios, lagoas e açudes afetam diretamente a agricultura familiar e a saúde das comunidades do campo. A situação se agrava quando não há acesso a Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.

Além disso, ele observa que a população mais pobre costuma viver em áreas ambientalmente frágeis, próximas a indústrias poluentes, encostas de morros, regiões alagáveis ou locais sem saneamento básico. Nessas áreas, os efeitos das mudanças climáticas se tornam ainda mais severos.

“As mudanças climáticas interferem diretamente no ambiente de trabalho, principalmente com o aumento das temperaturas em atividades realizadas a céu aberto, afetando a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores”, afirma.



ANIVERSÁRIO

SINAI-RN COMPLETA 37 ANOS DE ATUAÇÃO SINDICAL E LUTA EM DEFESA DOS TRABALHADORES

O Sinai-RN celebra, em 31 de maio, 37 anos de fundação. Criado em 1989, o Sindicato surgiu da organização dos servidores da Administração Indireta do Rio Grande do Norte e consolidou, ao longo das décadas, atuação voltada à defesa dos direitos da categoria e do serviço público.

Desde a fundação, a entidade participou de mobilizações, campanhas salariais, negociações e ações jurídicas, acompanhando as principais

pautas dos trabalhadores da base. A trajetória do Sindicato também é marcada pela presença nas regionais, pelo fortalecimento da organização coletiva e pela defesa de melhores condições de trabalho.

Em um cenário de desafios permanentes para o funcionalismo público, o Sinai-RN mantém o compromisso de atuar ao lado dos servidores e servidoras da base, fortalecendo a luta coletiva e a valorização do serviço público.



**DI
VER
TI
DA
MEN
TE**

VERTICAIS:

- 1 Busca-se garantir a redução da 6x1.
- 2 Ação de ligar, de tornar um só; combinação de esforços e de pensamentos.
- 3 Rotina comum da mulher trabalhadora.
- 4 Corriqueiramente usada como argumento para a não realização de concursos.
- 5 Indenização atribuível ao servidor.

HORIZONTAIS:

- 1 Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária.
- 2 Processo de organizar e engajar diversos trabalhadores.
- 3 Junta Comercial do RN.
- 4 Lei que regula direitos, deveres, regime de trabalho e garantias dos servidores públicos.
- 5 Ação de combater, de agir em sentido contrário ao que é injusto.
- 6 Decisão provisória concedida pelo juiz para assegurar um direito urgente, antes do julgamento final.
- 7 Mês do trabalhador.
- 8 Afastamento de um trabalhador do serviço ativo, após completar o tempo estipulado em lei para exercício de atividade.

PALAVRAS CRUZADAS

RESPOSTAS: HORIZONTAIS: 1) ESCALA 2) UNIÃO 3) DUPLA JORNADA 4) LRF 5) DIÁRIA 6) MOBILIZAÇÃO 7) MAIO 8) PRESENTADORA VERTICAIS: 1) DÍPLICA 2) LIGAÇÃO 3) ROTINA 4) ARGUMENTO 5) INDENIZAÇÃO 6) DECISÃO 7) MÊS 8) AFASTAMENTO

TEMOS UM ESPAÇO PARA VOCÊ, LEITOR!

O que achou desta edição? Se você tem um comentário, sugestão de pauta, pedido de correção ou outras questões relevantes para a luta da classe trabalhadora e quer vê-los publicados, envie sua mensagem para sinairn.comunicacao@gmail.com. A partir da próxima edição, as informações e opiniões mais relevantes podem até virar matéria no nosso jornal. Participe, o espaço é seu!

Social & Cultura

Brahms e Beethoven: Legado Germânico

A Orquestra Sinfônica do RN convida você para uma noite marcada pela grandiosidade da música clássica, reunindo obras de dois dos maiores compositores da história: Brahms e Beethoven. A entrada é solidária: 1kg de alimento não perecível.

Local: Teatro Alberto Maranhão
Quando: 20 de maio, às 19h30

Solistas convidados:
 Daniel Guedes (violino)
 Fabio Presgrave (violoncelo)

Regência:
 Linus Lerner



Curso de Negociação Coletiva para filiados

Dias: 21 e 22 de maio
Horário: 9h às 17h
Local: Hotel Sabino (Av. Pres. Dutra, 1744 – Alto de São Manoel, Mossoró)
Facilitador: Ediran Teixeira
Público-alvo: dirigentes regionais do SINAI-RN e trabalhadores filiados do Médio Oeste, Alto Oeste e Seridó



Quadrinhos no Parque

Nos dias 23 e 24 de maio, o Parque das Dunas, em Natal, recebe a primeira edição do "Quadrinhos no Parque". O evento contará com a participação de artistas locais, música e declamação de cordeis geek. Uma excelente programação para o público fã de cultura pop, HQs e produção independente.



Abertura do Mossoró Cidade Junina

A abertura Mossoró Cidade Junina acontece no dia 06 de junho, às 12h e se estenderá até o fim da noite. O Pontapé inicial será dado pelo o bloco junino "Pingo da Mei Dia" e contará com: Nattan, Bell Marques, GrafitH, Dan Ventura, além de atrações locais.



SINAI-RN em 5 minutos

O podcast que mantém você atualizado de tudo o que acontece na luta da sua categoria.

Toda semana, Maísa Carvalho e Leilton Lima apresentam, de forma clara e rápida, as principais notícias da base: direitos, eventos, mobilizações, decisões jurídicas e ações do sindicato. Informação confiável, direta e feita para fortalecer a categoria.

Anote aí:

Toda sexta-feira, às 14h, nas principais plataformas de streaming

